

HISTÓRIA RECENTE DA TRADUÇÃO E DA INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS E LÍNGUA PORTUGUESA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (2006–2021)

RECENT HISTORY OF BRAZILIAN SIGN LANGUAGE AND PORTUGUESE TRANSLATION AND INTERPRETING AT THE UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (2006–2021)

Andrew Victor Thomé Bizzo¹

Pedro Henrique Witches²

RESUMO: Este artigo documenta a história da tradução e da interpretação de língua brasileira de sinais (Libras) e língua portuguesa na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Para tanto, fundamenta-se nos Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais, bem como no campo da História da Tradução e das Políticas de Tradução e Interpretação para analisar um conjunto de documentos temporalmente compreendidos entre os anos de 2006 e 2021 tais como editais de contratação e nomeações no *Diário Oficial da União*, além de portarias, regimentos e relatórios institucionais. Observa-se, nas duas primeiras décadas do século XXI, pelo menos três movimentos que marcam a história recente dessas atividades na instituição: (i) a emergência da interpretação financiada por bolsas concedidas a estudantes; (ii) a formalização profissional da tradução e da interpretação através da contratação de servidores via concurso público; e (iii) o agrupamento de profissionais tradutores e intérpretes em um único setor. Esses movimentos demarcam o desenvolvimento de uma política de tradução e interpretação no domínio institucional da Ufes e o estudo sobre eles permite evidenciar os desafios e os avanços das práticas de tradução e interpretação de línguas de sinais em contextos de serviços públicos.

PALAVRAS-CHAVE: Tradução e interpretação. Libras e língua portuguesa. História da tradução. Políticas de tradução e interpretação. Tradução e interpretação de serviços públicos.

ABSTRACT: This article documents the history of translation and interpreting of Brazilian Sign Language (Libras) and Portuguese at the Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). To this end, it is based on the Sign Languages Translation and Interpreting Studies, as well as in the field of History of Translation and Translation and Interpreting Policies to analyze a set of documents temporally comprised between the years 2006 and 2021 such as contracting notices and appointments in the *Diário Oficial da União*, in

¹ Bacharel em Letras-Libras pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Tradutor e intérprete de Libras e língua portuguesa da Ufes. E-mail: andrew.bizzo@ufes.br

² Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Professor do Departamento de Línguas e Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Ufes. E-mail: pedro.witches@ufes.br

addition to institutional ordinances, regulations and reports. In the first two decades of the 21st century, at least three movements can be observed that mark the recent history of these activities at the institution: (i) the interpreting emergence financed by scholarships granted to students; (ii) the professional formalization of translation and interpreting through the hiring of civil servants through a public tender; and (iii) the grouping of professional translators and interpreters into a single sector. These movements mark the development of a translation and interpreting policy in the institutional domain of Ufes and the study of them makes it possible to highlight the challenges and advances in sign language translation and interpreting practices in public service contexts.

KEYWORDS: Translation and interpreting. Brazilian Sign Language and Portuguese. History of translation. Translation and interpreting policies. Translation and interpreting of public services.

Introdução

Reconhecer a invisibilidade do tradutor é, ao mesmo tempo, criticar a atual situação e ter esperanças em um futuro mais favorável para as diferenças que o tradutor deve negociar. (VENUTI, 2021, p. 633).

Vivemos tempos em que a tradução e a interpretação de línguas de sinais se tornaram práticas cada vez mais visíveis na sociedade. Seja pela luta do movimento surdo em prol das línguas de sinais ao redor do mundo, seja em função do cumprimento de uma política de inclusão, tem sido comum se deparar com a atuação de tradutores e intérpretes de línguas de sinais. No contexto de serviços públicos, a visibilidade da interpretação educacional — e especialmente em ambientes acadêmicos, como observam Rodrigues e Santos (2018) — se destaca dentre as diferentes atividades possíveis de serem desempenhadas por esses profissionais. Ainda assim, transpondo o argumento de Venuti (2021) em relação à atividade do tradutor, reconhecemos a necessidade de criticar a atual situação em que a tradução e a interpretação de línguas de sinais se encontram. Na esperança de melhorias para o futuro desse campo de atuação, assumimos o compromisso de documentar a sua história.

Nesse caso, é válido destacar que não temos a intenção de elaborar uma história universal da tradução e da interpretação de línguas de sinais. Reconhecemos que essa seria uma tarefa impossível. Deste modo, filiamo-nos às novas tendências na pesquisa histórica que, como argumenta Pinilla (2017, p. 226), “se aplicam melhor ao estudo de aspectos parciais, bem estruturados, de um tema concreto, que favoreçam uma análise mais dinâmica que estática”. Portanto, o nosso objetivo aqui é documentar a história da tradução e da interpretação de língua brasileira de sinais (Libras) e língua portuguesa na

Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). A escolha pelo domínio institucional da Ufes se deve basicamente por dois fatores: primeiro, pelo fato das atividades de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa terem uma história bastante recente na instituição, remontando ao início do século XXI — o que torna menos complexa a mediação empírica com os documentos; segundo, em razão da Universidade sediar o Curso de Letras-Libras – Bacharelado em Tradução e Interpretação, que é um dos oito cursos de formação superior de tradutores e intérpretes do par linguístico formado pela Libras e pela língua portuguesa em universidades federais no Brasil.

Portanto, realizamos uma pesquisa documental com vistas a levantar e mapear um conjunto de documentos que possibilitem compreender as dinâmicas institucionais que interpelaram a história das atividades de tradução e de interpretação de Libras e língua portuguesa no âmbito da Ufes. Os documentos selecionados para compor o estudo apresentado neste artigo compreendem o período entre os anos de 2006 e 2021. Entendemos, contudo, que há elementos dessa história que ultrapassam o recorte temporal delimitado pelos documentos, de modo que indicamos a necessidade de futuras investigações que considerem o registro dessa história a partir de entrevistas com tradutores e intérpretes, bem como com outros servidores que não apenas testemunharam, mas também participaram ativamente dos acontecimentos em torno da tradução e da interpretação de Libras e língua portuguesa na Ufes.

Assim, o artigo está organizado como segue: após esta breve introdução, caracterizamos a conjuntura histórica contemporânea na qual a tradução e a interpretação de línguas de sinais se tornam atividades profissionais; em seguida, situamos elementos da pesquisa em História da Tradução³ e apresentamos os documentos selecionados para a realização da investigação; posteriormente, descrevemos e discutimos a tradução e a interpretação de Libras e língua portuguesa na Ufes a partir de três movimentos que marcam a história recente dessas atividades na instituição; por fim, argumentamos que tais movimentos permitem que se observe o desenvolvimento de uma política de tradução e interpretação no âmbito da Ufes e que o seu estudo detalhado permite evidenciar os desafios e os avanços dessas atividades em contextos de serviços públicos.

³ Neste artigo, com base em Delisle (2002), assumimos a História da Tradução como uma disciplina que engloba não apenas aspectos históricos da tradução, mas também da interpretação.

Aspectos da tradução e da interpretação de línguas de sinais na Contemporaneidade

A história da tradução e da interpretação de língua de sinais no Brasil, de acordo com Witchs e Moraes (2021), costuma demarcar a década de 1980 como um importante ponto de partida. Isso porque, naquele momento, é possível observar uma proliferação da interpretação de cerimônias religiosas e outras atividades em igrejas que desejavam realizar um trabalho de evangelização com pessoas surdas. Além disso, é válido destacar que, na mesma década, mais precisamente em 1988, a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis) realizou o I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais — um evento que reforça um movimento em direção à profissionalização.

Embora a interpretação de língua de sinais se sobressaia em relação à tradução quando se focaliza a história dessas práticas, é importante considerar que essas duas atividades têm sido praticadas há mais tempo. Familiares de pessoas surdas, segundo Anater e Passos (2010), têm exercido a interpretação de e para línguas de sinais em diferentes momentos da história. Alguns dos registros mais antigos, como indicado por Leahy (2015), apontam para o século XIV, quando a esposa de um surdo britânico interpretou o seu marido na corte em 1324. De lá para cá, as evidências sobre a prática de interpretação de língua de sinais aumentaram na medida em que o processo de escolarização de surdos se institucionalizou no século XVIII, ampliando as possibilidades de participação social e de interações estabelecidas dentro e fora das escolas por parte de pessoas surdas (WITCHS; MORAIS, 2021).

No entanto, como afirma Frishberg (1990), não havia diferença entre um intérprete e qualquer pessoa ouvinte conhecedora de língua de sinais *que pudesse ajudar* até a década de 1960. Ainda que a autora se refira ao contexto dos Estados Unidos da América, talvez seja possível estender, pelo cenário internacional, essa compreensão indistinta entre um bilíngue e um intérprete de língua de sinais. No contexto brasileiro, isso é ratificado por Vilaça-Cruz (2021). A autora afirma que o trabalho de tradutores e intérpretes de Libras e língua portuguesa “ainda é costumeiramente relacionado a questões ligadas ao assistencialismo e ao voluntariado, uma vez que esta atividade laboral emergiu destas condições” (VILAÇA-CRUZ, 2021, p. 203).

É possível dizer que tal percepção perpetua mesmo após o reconhecimento da profissão de tradutor e intérprete de Libras por meio da Lei nº 12.319 (BRASIL, 2010). Soma-se, a essa questão, a problemática do distanciamento acadêmico, político e social

entre a categoria de tradutores e intérpretes de línguas de sinais e a categoria de tradutores e intérpretes de línguas vocais. Isso, por exemplo, é evidenciado no Código Brasileiro de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho e Emprego. Nesse Código, segundo Pereira (2018, p. 2),

[...] existe a denominada família dos filólogos, tradutores, intérpretes e afins sob o código 2614, e a subdivisão 2614-10 designava todos os intérpretes, intérpretes comerciais, intérpretes de comunicação eletrônica, intérpretes de conferência, intérpretes simultâneos, tradutores simultâneos. No entanto, a partir de 2010, foi criada uma nova subdivisão com o código 2614-25 para os intérpretes de língua de sinais, guias-intérpretes, intérpretes de Libras, intérpretes educacionais, tradutores de Libras, tradutores-intérpretes de Libras.

Analisando essa problemática classificação, a autora questiona de que forma poderia ser registrada a atuação de um intérprete de língua de sinais contratado para interpretar uma conferência ou de um intérprete de crioulo haitiano solicitado para interpretar aulas frequentadas por filhos de imigrantes (PEREIRA, 2018). Ainda sobre esse distanciamento, Pereira (2018) também aponta para uma compreensão acadêmica que exclui a interpretação de língua de sinais do escopo dos Estudos da Interpretação. De acordo com a autora, revisar, sistematizar e atualizar as compreensões do que é interpretação de língua de sinais e sua classificação nos Estudos da Interpretação se tornam necessidades para “colocar novamente em discussão nossas visões sobre quais os impactos que o reconhecimento desta forma de interpretação tem causado na sociedade e na área acadêmica” (PEREIRA, 2018, p. 7).

Nesse sentido, segundo Lemos e Carneiro (2021, p. 2), os “avanços nas pesquisas em Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais (ETILS) possibilitaram uma melhor compreensão sobre os papéis constitutivos da profissão e das funções para atuação profissional”. No Brasil, esses avanços se alinham com a emergência de cursos superiores de formação de tradutores e intérpretes de Libras e língua portuguesa, o que oportunizou uma expansão das possibilidades de estudos formais sobre a tradução e a interpretação dessas línguas em instituições de ensino e pesquisa. Como condição para essas possibilidades, não podemos nos furtar de mencionar um movimento internacional em prol de uma política de inclusão de pessoas com deficiência⁴. De acordo com Thoma e Kraemer (2017, p. 59-60, *itálico das autoras*):

⁴ Segundo Brito (2021, p. 92), “o próprio desenvolvimento do movimento social surdo brasileiro pode ser descrito como um produto derivado originalmente do movimento das pessoas com deficiência”. Para McDonnell (2016), é possível reconhecer uma sobreposição nas experiências das comunidades surdas e de

Tanto a *Conferência Mundial de Educação para Todos*, realizada em Jomtien, Tailândia (1990), como a *Conferência Mundial de Educação Especial*, realizada em Salamanca, Espanha (1994), ressaltam o compromisso social e político dos países ali representados com a garantia de *condições de educação para todos e o direito à educação de todos os alunos, incluindo os alunos da educação especial, em classe comum*.

Como efeito desse compromisso, pessoas surdas têm encontrado condições para ingressarem no Ensino Superior na medida em que concluem seus processos de escolarização na Educação Básica. Assim, nas últimas duas décadas, é notável o aumento de alunos surdos ingressantes em instituições de Ensino Superior no Brasil. De acordo com o Censo de Educação Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), até 2015, um total de 7.131 alunos com deficiência auditiva, surdos ou surdocegos estavam matriculados em até 670 instituições de ensino superior (ESDRAS; GALASSO, 2017). No entanto, para que a acessibilidade e a permanência desses estudantes possam ser garantidas nas instituições, a tradução e a interpretação de Libras e língua portuguesa se tornam condições.

Nessa perspectiva, é possível assumir que “a tradução e a interpretação têm operado como mecanismos fundamentais de acessibilidade linguística para pessoas surdas que têm a língua de sinais como parte constitutiva de suas subjetividades” (WITCHES, 2019, p. 134). Isto significa compreender que a tradução e a interpretação interferem no cotidiano das pessoas surdas — das ouvintes também — e possibilitam condições para o exercício de sua cidadania em diferentes contextos sociais. Na sequência, situamos alguns elementos da pesquisa em História da Tradução, bem como apresentamos o contexto e o conjunto documental que permite documentar a tradução e a interpretação de Libras e língua portuguesa no âmbito da Ufes.

História da tradução e a pesquisa documental

A História da Tradução figura entre as doze áreas de pesquisa que compõem um mapeamento realizado por Williams e Chesterman (2002) no campo disciplinar dos Estudos da Tradução. De acordo com os autores, estudos históricos ou culturais podem servir para examinar os efeitos, a longo prazo, que a tradução pode causar em línguas e

peças com deficiência. No entanto, segundo o autor, também “há diferenças significativas entre esses dois grupos” (McDONNELL, 2016, p. 778).

culturas. Na famosa descrição de Holmes ([1972] 2000) sobre os Estudos da Tradução, a História da Tradução não aparece especificamente com esse nome, mas pode ser percebida entre os estudos descritivos orientados ao produto, com a descrição e a comparação de traduções em uma perspectiva sincrônica ou diacrônica; ou entre os estudos descritivos orientados à função, com a descrição da função da tradução em um contexto sociocultural.

Embora observe a atribuição de uma relevância secundária à História da Tradução em diferentes mapeamentos do campo, Pinilla (2020) defende que ela seja compreendida como uma área de pleno direito no âmbito dos Estudos da Tradução. De acordo com o autor, trabalhos em História da Tradução devem considerar, pelo menos, quatro aspectos gerais:

a) evitar olhar para os fatos passados com os preconceitos e conhecimentos do presente; b) ligar a interpretação do passado ao contexto de seu tempo; c) pesquisar as condições de produção e recepção das traduções, a função social da tradução e o papel dos agentes e tradutores, e d) propor, na medida do possível, uma periodização própria do estudo histórico da tradução. (PINILLA, 2020, p. 15).

Argumentamos que o estudo da História da Tradução também pode proporcionar uma potente via para o estudo de políticas de tradução e de interpretação, uma vez que, conforme Delisle (2002, p. 10), “conhecer as condições de exercício dessa atividade de comunicação intermediada tal como foi praticada e pensada no passado pode seguramente contribuir para uma compreensão mais aprofundada da natureza do trabalho do tradutor”. Em uma definição clássica, Meylaerts (2011) apresenta as políticas de tradução não apenas como um conjunto de configurações institucionais e oficiais da tradução, mas também ideologias, estratégias tradutórias e editoriais, formação de tradutores etc. Neste artigo, as condições de exercício da tradução e da interpretação de Libras e língua portuguesa, bem como as configurações institucionais dessas práticas no âmbito da Ufes são alvos da busca por documentos que possibilitassem compreender — e tornar compreensível — o trabalho de tradutores e intérpretes desse par linguístico na instituição.

Considerando se tratar de configurações que datam do século XXI, compreendemos que este artigo também se filia à História do Tempo Presente. Esse campo de conhecimento, segundo Elíbio Júnior (2021), emerge na França do final da década de 1970, quando o *Centre National de la Recherche Scientifique* passou a

patrocinar investigações sobre temas que ainda estavam em curso. De acordo com o autor, esse domínio da História “apresenta uma profusão de fontes documentais escritas, orais e visuais que podem nortear a produção das narrativas” (ELÍBIO JÚNIOR, 2021, p. 15). Procedimentalmente, a discussão que desenvolvemos aqui está restrita a um conjunto documental escrito e visual. No entanto, na medida em que realizávamos a busca pelos documentos, deparamo-nos com algumas informações orais fornecidas por servidores da instituição que deram sugestões de onde e do quê procurar. Compreendemos que essas informações orais integram a história da tradução e da interpretação de Libras e língua portuguesa na Ufes e podem ser melhor examinadas em uma investigação que contemple entrevistas com as pessoas que participaram ativamente dos acontecimentos em torno dessas atividades na instituição.

De todo modo, assumimos que seria importante começar a documentação dessa história a partir dos documentos escritos, uma vez que, segundo Gil (1991), esse tipo de material proporciona uma melhor visão de um problema sem necessariamente tentar respondê-lo. Na esteira dessa compreensão, importa dizer que entendemos que os documentos não são os fatos históricos em si, mas se tornam produtores de sentidos sobre os acontecimentos na história. Isto significa assumir que os documentos, de acordo com Vidal (1998, p. 10), se transformam “em elementos construtores da realidade”. Assim, justificamos que não é a nossa intenção documentar a história da tradução e da interpretação na Ufes de uma forma factual, mas sim oferecer produções de sentido para essa história em particular.

Nesse sentido, a busca pelos documentos envolveu cinco acervos digitais, a saber: (i) o site institucional da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) da Ufes⁵; (ii) o site institucional do Setor de Tradução e Interpretação em Libras (STIL) da Ufes; (iii) o sistema *Protocolo Ufes*, desenvolvido pelo Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) da universidade⁶; (iv) o *Diário Oficial da União* (DOU), mantido pela Imprensa Nacional⁷; e (v) o site *JusBrasil*, que é uma ferramenta de consultas processuais mantida por uma *startup* jurídica e tecnológica⁸ que serviu como alternativa quando encontramos dificuldades de localizar documentos oficiais na plataforma do DOU. A partir dessas buscas, foi possível alcançar um conjunto de documentos apresentados no Quadro 1, o

⁵ Disponível em: <https://progep.ufes.br/>. Acesso em: 2 set. 2022.

⁶ Disponível em: <https://protocolo.ufes.br/>. Acesso em: 2 set. 2022.

⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/impresanacional/>. Acesso em: 2 set. 2022.

⁸ Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/>. Acesso em: 2 set. 2022.

qual organizamos de modo a associá-los a alguns acontecimentos-chave da história recente da tradução e da interpretação de Libras e língua portuguesa na Ufes.

Quadro 1 - Documentos selecionados e acontecimentos associados a eles

Nº	Documento	Acontecimento	Ano
1	Informação oral fornecida por servidores da Ufes	Concessão de bolsas para estudantes de graduação da Ufes atuarem como intérpretes de Libras e língua portuguesa.	2006
2	Edital PROGEP/Ufes nº 27/2009	Primeiro concurso para o cargo de nível D - Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais.	2009
3	Nomeação no DOU de 9 de outubro de 2009	Nomeação de dois tradutores e intérpretes de linguagem de sinais para o campus de Goiabeiras.	2009
4	Processo nº 23068.004349/2012-83	Redistribuição de um tradutor e intérprete de linguagem de sinais do campus de Goiabeiras para outra instituição federal de Ensino Superior.	2012
5	Edital PROGEP/Ufes nº 105/2013	Segundo concurso para o cargo de nível D - Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais.	2013
6	Nomeação no DOU de 4 de dezembro de 2013	Nomeação de seis tradutores e intérpretes de linguagem de sinais para o campus de Goiabeiras.	2013
7	Nomeação no DOU de 25 de agosto de 2014	Nomeação de um tradutor e intérprete de linguagem de sinais para o campus de Goiabeiras.	2014
8	Edital PROGEP/Ufes nº 001/2014	Terceiro concurso para o cargo de nível D - Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais.	2014

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

Quadro 1 - Documentos selecionados e acontecimentos associados a eles (continuação)

Nº	Documento	Acontecimento	Ano
9	Apuração do resultado final do Edital PROGEP/Ufes nº 001/2014	Nomeação de um tradutor e intérprete de linguagem de sinais para o campus de São Mateus.	2014
10	Edital PROGEP/Ufes nº 096/2014	Quarto concurso para o cargo de nível D - Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais.	2014
11	Nomeação no DOU de 1 de junho de 2015	Nomeação de um tradutor e intérprete de linguagem de sinais para o campus de São Mateus.	2015
12	Edital PROGEP/Ufes nº 125/2015	Quinto concurso para o cargo de nível D - Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais.	2015
13	Nomeação no DOU de 21 de junho de 2016	Nomeação de um tradutor e intérprete de linguagem de sinais para o campus de Alegre.	2016
14	Nomeação no DOU de 5 de dezembro de 2016	Nomeação de um tradutor e intérprete de linguagem de sinais para o campus de Goiabeiras.	2016
15	Processo nº 23068.013976/2017-10	Exoneração de um tradutor e intérprete de linguagem de sinais do campus de Goiabeiras por motivo de posse em outro cargo inacumulável.	2017
16	Nomeação no DOU de 22 de dezembro de 2017	Nomeação de um tradutor e intérprete de linguagem de sinais para o campus de Goiabeiras.	2017

17	Processo nº 23068.022578/2018-75	Agrupamento dos nove tradutores e intérpretes de linguagem de sinais do campus de Goiabeiras no Departamento de Línguas e Letras (DLL) do Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN).	2018
18	Portaria Cepe/Ufes nº 861/2018-R		
19	Portaria Cepe/Ufes nº 918/2018-R		
20	Extrato da ata da 10ª Reunião Ordinária do Departamento de Línguas e Letras do Centro de Ciências Humanas e Naturais, de 9 de outubro de 2019	Criação do Setor de Tradução e Interpretação em Libras (STIL) no campus de Goiabeiras.	2019
21	Extrato de ata da Reunião Ordinária do Conselho Departamental do Centro de Ciências Humanas e Naturais, de 12 de novembro de 2019	Remoção do Setor de Tradução e Interpretação em Libras (STIL) do Departamento de Línguas e Letras (DLL) para a Secretaria do Centro de Ciências Humanas e Naturais (SEC/CCHN). Aprovação do Regimento Interno do Setor de Tradução e Interpretação em Libras (STIL).	
22	Relatório das atividades do Setor de Tradução e Interpretação em Libras – Ano: 2021	Atividades desenvolvidas pelo STIL.	2021

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

Com base nesse conjunto documental (Quadro 1), elaboramos uma sequência cronológica de acontecimentos sobre a tradução e a interpretação de Libras e língua portuguesa na Ufes. A seguir, discutimos esses acontecimentos compreendidos entre 2006 e 2021.

A tradução e a interpretação de Libras e língua portuguesa na Ufes

Para definir um espaço social que tem suas próprias políticas de controle por partes externas e internas, Spolsky (2016) utiliza a noção de *domínio*. Baseada nesse autor para se referir ao domínio em que investigou políticas de tradução e interpretação, Burgarelli (2022) identificou o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) como um *domínio institucional*. Embora o Ifes seja um instituto educacional, a autora opta por considerá-lo “um domínio institucional, considerando que a tradução e a interpretação, nesse domínio, não se limitam a atividades educacionais” (BURGARELLI, 2022, p. 47). Da mesma forma e pelo mesmo motivo, assumimos a Universidade Federal do Espírito Santo, a Ufes, como um domínio institucional.

Fundada no ano de 1954, a Universidade do Espírito Santo — como a Ufes foi inicialmente chamada — reunia “a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; a Escola de Medicina, a Faculdade de Odontologia, a Escola de Música e a Escola de Belas Artes” (UFES, 2014, p. 13). A federalização dessa nova instituição veio a acontecer em 1961. Após a sua inclusão no Sistema Federal de Ensino, a Ufes passou a reunir as escolas de Educação Física, de Belas Artes e Politécnica, assim como também as faculdades de

Ciências Econômicas, de Direito, de Filosofia, Ciências e Letras, de Medicina e de Odontologia (UFES, 2014).

No decorrer dos anos de sua existência, a Universidade se expandiu e, atualmente, conta com quatro campi pelo estado do Espírito Santo. Dois deles em Vitória, capital do estado: (i) um em Goiabeiras, que sedia a Administração Central da instituição; (ii) outro em Maruípe, onde funciona a maioria dos cursos da área das Ciências da Saúde. Os outros dois campi estão localizados no interior do estado: (iii) um ao sul, no município de Alegre; (iv) outro ao norte, no município de São Mateus. De acordo com dados informados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2021–2030 (UFES, 2021, p. 22):

Atualmente, a Ufes oferece 101 cursos de graduação presencial, com um total de 5.015 vagas anuais. Na pós-graduação *stricto sensu*, possui 60 cursos de mestrado (49 acadêmicos e 11 profissionais) e 30 de doutorado. Na pós-graduação *lato sensu*, a Ufes oferece vários cursos em todas as áreas do conhecimento. Possui um quadro de 1.759 professores efetivos, 1927 técnicos-administrativos, cerca de 20 mil estudantes matriculados na graduação presencial e na modalidade a distância, e 3.311 mil na pós-graduação *stricto sensu*. Na pesquisa científica e tecnológica, a Ufes desenvolve cerca de 5 mil projetos em diferentes áreas do conhecimento; e na extensão universitária, realiza 850 projetos e programas com abrangência em todos os municípios capixabas, contemplando cerca de 2 milhões de pessoas.

É importante mencionar que a Ufes é a única universidade federal em todo o estado do Espírito Santo. Como tal, ela oferece diferentes serviços tanto para a comunidade acadêmica, quanto para a sociedade. Além dos serviços oferecidos pelo Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (Hucam), o PDI registra que a Ufes disponibiliza “teatro, cinema, galerias de arte, centro de ensino de idiomas, bibliotecas, planetário e observatório astronômico, auditórios, ginásio de esportes e outras instalações esportivas, museu de história natural e hospital veterinário” (UFES, 2021, p. 22).

Como já mencionamos anteriormente, as últimas décadas registram um aumento exponencial de alunos surdos no Ensino Superior e a Ufes não fica de fora desse movimento de inclusão de pessoas com deficiência no Brasil. Deste modo, com base em informações orais fornecidas por servidores da Universidade, tem-se conhecimento do ingresso de um aluno surdo na Licenciatura em Pedagogia no ano de 2006. Reconhecemos que esta não seria a primeira vez que a Ufes acolheria a matrícula de um estudante com surdez, mas o aluno surdo em questão tinha a Libras como primeira língua, requisitando, assim, a interpretação de suas interações durante o seu percurso acadêmico.

Vale destacar que a tradição em educação de surdos no Espírito Santo, segundo Vieira (2022), remonta à década de 1970, com a fundação da Escola Especial de Educação Oral e Auditiva. No entanto, de acordo com a autora, a partir do reconhecimento legal da Libras com a Lei nº 10.436, de 2002, e a regulamentação desse reconhecimento pelo Decreto nº 5.626, de 2005, a educação de surdos no estado se voltou para uma perspectiva bilíngue, incorporando a Libras como língua de instrução na escolarização de surdos. “Tal virada emerge com as práticas que estão voltadas para aquele sujeito surdo que se compreende como parte integrante de uma comunidade linguística e cultural específica baseada na utilização da Libras para se comunicar com a sociedade” (VIEIRA, 2022, p. 255-256).

Diante do acontecimento do ingresso do aluno surdo falante de Libras, o Centro de Educação da Ufes, responsável pela oferta do Curso de Pedagogia, disponibilizou bolsas a alunos de graduação com competência em interpretação de Libras e língua portuguesa para atuarem como *intérpretes-bolsistas*. Até o momento de escrita deste artigo, não localizamos registros documentais que contenham mais detalhes sobre essa estratégia adotada pela Universidade para suprir tal demanda de interpretação. Reconhecemos, contudo, que esse acontecimento pode ser melhor compreendido a partir de futuras pesquisas que contemplem a realização de entrevistas com servidores e alunos, surdos e ouvintes, envolvidos.

A partir de 2009, quando a Ufes comemorava seus 55 anos de fundação, um reflexo do ingresso da instituição no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) pode ser observado com o aumento da oferta de cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*, ampliando o número de matrículas (UFES, 2014). No mesmo ano, segundo Xavier e Silva (2020), começaram os primeiros concursos públicos, no âmbito da esfera administrativa federal, visando à contratação de profissionais tradutores e intérpretes de Libras e língua portuguesa. Embora seja possível encontrar, nessa esfera, o cargo identificado como *Tradutor e Intérprete*, com nível de classificação E — o qual exige formação em nível superior —, os primeiros concursos públicos para contratação de tradutores e intérpretes de Libras e língua portuguesa em instituições federais de Ensino Superior ofereceram vagas para o

cargo identificado como *Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais*⁹. De acordo com Romeiro, Oliveira e Silvério (214, p. 2), trata-se de “um cargo técnico-administrativo em educação, com nível de classificação D, isto é, com exigência de formação em nível médio”. A despeito da problemática nomenclatura *linguagem de sinais* — que ao mesmo tempo destaca e deprecia a especificidade linguística do profissional —, esse cargo aparece como tal na Lei nº 11.091, de 2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais vinculadas ao Ministério da Educação.

Entendemos que esse cargo se tornou uma necessidade uma vez que o primeiro curso superior a formar tradutores e intérpretes de Libras e língua portuguesa ofertado por uma instituição pública teve início em 2008. Trata-se do Bacharelado em Letras/Libras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que, com financiamento da Universidade Aberta do Brasil, foi “oferecido na modalidade a distância, com 15 polos, 450 vagas (30 vagas em cada polo) e duração de quatro anos” (LEMOS; CARNEIRO, 2021, p. 16). Isso significa compreender que, em 2009, não havia profissionais com formação superior em Tradução e Interpretação de Libras e língua portuguesa — ainda que existissem, assim como ainda existem, tradutores e intérpretes desse par linguístico com formação superior em outras áreas do conhecimento.

Nessa conjuntura, assim como outras instituições, a Ufes realizou seu primeiro concurso público para provimento do cargo de *Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais* em 2009. Do site institucional da Progep da Ufes, consta as seguintes informações sobre o referido cargo:

REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO PARA INGRESSO NO CARGO:

- ESCOLARIDADE: Médio completo + proficiência em LIBRAS
- OUTROS:
- HABILITAÇÃO PROFISSIONAL.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Traduzir e interpretar artigos, livros, textos diversos bem [sic] idioma para o outro, bem como traduzir e interpretar palavras, conversações, narrativas, palestras, atividades didático-pedagógicas em um outro idioma, reproduzindo Libras ou na modalidade oral da Língua Portuguesa o pensamento e intenção do emissor.

Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES TÍPICAS DO CARGO

⁹ Sabemos da existência de tradutores e intérpretes de Libras e língua portuguesa que ocupam o cargo de *Tradutor e Intérprete*, nível E, em algumas instituições de Ensino Superior pelo Brasil, mas esse não é o caso da Ufes.

- Interpretação consecutiva:

Examinar previamente o texto original a ser traduzido/interpretado; transpor o texto para a Língua Brasileira de Sinais, consultando dicionários e outras fontes de informações sobre as diferenças regionais; interpretar os textos de conteúdos curriculares, avaliativos e culturais; interpretar as produções de textos, escritas ou sinalizadas das pessoas surdas.

- Interpretação simultânea

Interpretar diálogos realizados entre pessoas que falam idiomas diferentes (Libras e Português); interpretar discursos, palestras, aulas expositivas, comentários, explicações, debates, enunciados de questões avaliativas e outras reuniões análogas; interpretar discussões e negociações entre pessoas que falam idiomas diferentes (Libras e Português).

- Utilizar recursos de informática.

- Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.¹⁰

A partir desse primeiro concurso, dois candidatos ao cargo foram nomeados e lotados no Centro de Educação da Ufes, uma vez que as demandas de interpretação emergiam daquele Centro. Três anos após a nomeação dos dois primeiros servidores tradutores e intérpretes de Libras e língua portuguesa da Universidade, um deles solicitou redistribuição para outra instituição. Dessa forma, em 2012, a Ufes contava com apenas um servidor efetivo no cargo em questão. Na medida em que as demandas de interpretação aumentavam, a instituição realizou um segundo concurso para contratação de mais tradutores e intérpretes de Libras e língua portuguesa em 2013. Nessa ocasião, seis candidatos ao cargo foram nomeados. Meses depois dessa nomeação, a Ufes nomeou mais um servidor para o cargo entre os candidatos aprovados do mesmo concurso público.

Desse modo, em 2014, a Ufes contava com um total de oito tradutores e intérpretes de Libras e língua portuguesa no quadro de servidores efetivos. Naquele período, esses profissionais estavam distribuídos em diferentes instâncias da Universidade: dois atuavam para atender às demandas do Centro de Educação; quatro deles passaram a atender demandas do Departamento de Línguas e Letras, do Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN); e outros dois estavam locados no Núcleo de Acessibilidade da Ufes (Naufes), órgão vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (Proaeci). Pouco tempo depois, o Centro de Educação cedeu seus dois tradutores e intérpretes para a Proaeci, reconfigurando a lotação dos servidores nessas instâncias.

É importante mencionar que o Curso de Letras-Libras – Bacharelado em Tradução e Interpretação, ofertado pelo CCHN da Ufes, foi concebido e criado no ano de 2013, e teve a sua primeira turma iniciada no primeiro semestre letivo de 2014. Nesse contexto,

¹⁰ Disponível em: <https://progep.ufes.br/cargo-d-tradutor-e-interprete-de-linguagem-de-sinais>. Acesso em: 3 set. 2022.

o Departamento de Línguas e Letras, que é o órgão em que os professores desse curso estão lotados, passou a contar com um docente surdo que tem a Libras como primeira língua, o que tornou a tradução e a interpretação uma necessidade no exercício de suas atividades na instituição. Aqui, um ponto precisa ser ressaltado: até 2013, as atividades de tradução e de interpretação na Ufes eram consideradas tendo em vista a presença de alunos surdos em situações educacionais; em 2014, essas atividades se expandem para contextos de tradução e interpretação envolvendo a atuação profissional de uma pessoa surda. Ou seja, mais do que interpretar aulas e outras atividades acadêmicas, bem como do que traduzir textos para fins de aprendizagem, agora os tradutores e intérpretes de Libras e língua portuguesa da Ufes passavam a interpretar reuniões de professores e a traduzir documentos de ordem da administração do trabalho docente e textos para fins de ensino.

Ainda em 2014, foram realizados mais dois concursos. Dessa vez, para atender as demandas de tradução e interpretação do campus de São Mateus. Esses concursos possibilitaram a nomeação de dois *tradutores e intérpretes de linguagem de sinais*, que passaram a compor o quadro de servidores efetivos do Departamento de Educação e Ciências Humanas do Centro Universitário Norte do Espírito Santo. É válido destacar que, no mesmo ano, a discussão sobre atuação, cargos e carreira desses profissionais foi alvo do I Fórum dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais das Instituições Federais, realizado na UFSC. Como um dos resultados da discussão, segundo Goulart e Bonin (2021, p. 16-17), uma moção foi encaminhada “para a Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2014), solicitando adequação do enquadramento funcional, no plano de carreira do tradutor e intérprete de Libras – cargo de nível ‘D’ para cargo de nível ‘E’”.

Um quinto e último concurso foi realizado pela Ufes em 2015, o qual ofertava duas vagas para o cargo de nível D. As nomeações aconteceram no ano seguinte, sendo que um servidor foi lotado no campus de Alegre, no sul do estado, e outro, no Naufes do campus de Goiabeiras, na capital. No ano de 2017, um dos servidores do quadro geral de tradutores e intérpretes de Libras e língua portuguesa da Ufes foi exonerado para assumir outro cargo inacumulável. Para a sua vaga, um dos candidatos aprovados no último concurso foi nomeado, sendo lotado no Naufes do campus de Goiabeiras. Assim, sobe para 12 o total de servidores que atuam com a tradução e a interpretação de Libras e língua portuguesa na Ufes. É interessante observar que o servidor exonerado em 2017 foi um dos aprovados no primeiro concurso em 2009. Desse modo, os dois primeiros servidores

efetivos a ocupar o cargo de *tradutor e intérprete de linguagem de sinais* da universidade não estão mais vinculados a ela. Isso pode ser interpretado como um efeito das condições disponíveis para essa carreira no âmbito da administração pública federal.

Um terceiro marco possível de ser observado na história recente da tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa na Ufes se inicia em 2018. Isso porque a disposição dos servidores que realizam essas atividades no campus de Goiabeira foi remodelada, de modo que todos os nove profissionais nesse campus passaram a ser lotados no Departamento de Línguas e Letras (DLL) do CCHN, no que passou a ser identificado como Núcleo de Tradução em Libras. Posteriormente, uma segunda remoção coletiva aconteceu em 2019. Com as mudanças na gestão do CCHN, os tradutores e intérpretes passaram a integrar a Secretaria (SEC) do CCHN. Com isso, o Núcleo de Tradução em Libras se tornou o Setor de Tradução e Interpretação em Libras (STIL), tornando-se responsável pelas atividades de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa por todo o campus de Goiabeiras.

Não identificamos, nos documentos que evidenciam a remoção dos servidores para o mesmo Departamento ou para a SEC/CCHN, justificativas que explicitassem as razões para esses deslocamentos coletivos. Ainda assim, entendemos que o agrupamento pode ter sido mobilizado pela necessidade de concentração dos esforços em uma equipe unificada de servidores que desempenham as mesmas atividades no âmbito da instituição. Argumentamos que tal movimento pode ser compreendido como resultado de uma política de tradução tal como definida por Meylaerts (2011): um conjunto de normas que regulam a tradução em um domínio público. Nesse caso, compreendemos que a decisão de reunir os profissionais em um mesmo setor e a alteração de sua distribuição, com base em um aparato normativo de um domínio institucional, geram efeitos na organização do trabalho dos tradutores e intérpretes da Ufes.

É importante demarcar que, no mesmo ano de 2019, foi sancionado o Decreto nº 10.185, que extingue alguns cargos e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. A partir desse Decreto, torna-se extinto o cargo de *Tradutor e Intérprete*, de nível E, efetivo vago ou que vier a vagar do quadro permanente do pessoal da administração pública federal, inviabilizando que novos profissionais tradutores e intérpretes de Libras e língua portuguesa, com formação superior na área, assumam cargo público na esfera federal. O Decreto também veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para o cargo de *Tradutor*

e *Intérprete de Linguagem de Sinais*, de nível D, impedindo que mais servidores como os tradutores e intérpretes de Libras e língua portuguesa da Ufes assumam esse cargo. Entendemos que esse acontecimento não apenas impacta na qualidade dos processos de inclusão de pessoas surdas em instituições federais de Ensino Superior, como também oferece condições para a precarização da tradução e da interpretação de Libras e língua portuguesa nessas instituições — algumas das quais se veem tendo que submeter esse trabalho à terceirização.

No ano de 2019, o Regimento Interno do STIL foi aprovado no Conselho Departamental do CCHN¹¹. Desse modo, o Setor passou a contar com coordenação e vice-coordenação para organizar o fluxo de demandas de tradução e interpretação. No site institucional do CCHN há um conjunto de abas destinadas ao STIL¹² onde é possível ter acesso a um relatório anual de atividades correspondente ao ano de 2021. O documento menciona, dentre outras atividades, as diferentes produções em vídeo — como tradução de editais, chamadas, comunicados, legislações e outros documentos — que são publicadas no canal do STIL no YouTube¹³. Além das traduções, o canal do Setor também conta com produções relativas a um projeto que visa à aproximação do público da Ufes a questões relacionadas com a Libras e a inclusão de alunos surdos na Universidade. Isso evidencia que o STIL não apenas atua nas atividades de tradução e interpretação, mas também assume um compromisso com a conscientização acerca da inclusão das pessoas surdas.

O relatório também destaca que o Setor traduz o conteúdo integral veiculado pela TV Ufes, da Superintendência de Comunicação da Universidade. Sobre as atividades de interpretação realizadas, o relatório ainda menciona o atendimento a quatro cursos de graduação, compreendendo cerca de 53 disciplinas; dois cursos de pós-graduação, compreendendo 15 disciplinas; reuniões semanais de dois grupos de estudos e pesquisas; e eventos transmitidos on-line — considerando que, naquele ano, a Ufes ainda realizava atividades remotas em cumprimento às medidas de biossegurança de enfrentamento à pandemia de Covid-19. Não há afirmação, no relatório, de qual atividade é a mais desenvolvida pelo Setor. De acordo com Rodrigues e Santos (2018, p. 10), nos “contextos

¹¹ Para a construção de uma primeira proposta de Regimento, uma comissão especial foi formada por dois docentes do DLL, dois servidores tradutores e intérpretes, pela coordenação do Naufes e por dois discentes do Curso de Letras-Libras da Ufes.

¹² Disponível em: <https://cchn.ufes.br/quem-somos>. Acesso em: 3 set. 2022.

¹³ Disponível em: <https://www.youtube.com/c/SetordeTradu%C3%A7%C3%A3oemLibrasUFES>. Acesso em: 3 set. 2022.

educacionais a necessidade da interpretação de/para língua de sinais é bem maior que a de tradução”. Diante disso, consideramos que a interpretação em aulas de graduação gerou maior número de atendimentos, levando em conta o número de estudantes e de disciplinas mencionado. Por fim, os servidores atuantes no Setor, segundo o relatório, também participam de atividades de pesquisa e extensão e, individualmente, estão vinculados a pelo menos seis grupos de pesquisa da Ufes e de outras universidades federais do Brasil — evidenciando o interesse dos servidores de aprimoraram sua formação acadêmica e profissional.

Até aqui, é possível dizer que a história recente das atividades de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa na Ufes pode ser sistematizada em pelo menos três grandes marcos: (i) a emergência de *intérpretes-bolsistas*, alunos da graduação com competência em interpretação, a partir do ingresso de um estudante surdo falante de Libras em 2006; (ii) a formalização profissional dessas atividades por meio da contratação de servidores via concurso público a partir de 2009; e (iii) o agrupamento dos servidores que atuavam com essas atividades no campus de Goiabeiras em um único setor a partir de 2018, fortalecendo as ações de tradução e interpretação no âmbito da instituição.

Considerações finais

Neste artigo, buscamos documentar a história recente das atividades de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa na Ufes, a única universidade federal do estado do Espírito Santo. Para alcançarmos esse objetivo, desenvolvemos uma pesquisa a partir de um conjunto de documentos composto por editais, publicações no DOU, atas, portarias e relatórios institucionais, assim como de algumas informações orais fornecidas por servidores da Universidade. De posse desse material, foi possível elaborar uma linha do tempo com os principais acontecimentos do período compreendido entre 2006 e 2021 (Quadro 1).

Evidenciamos que a emergência das atividades de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa na Ufes decorre do ingresso de estudantes surdos que têm a Libras como primeira língua em cursos de graduação e pós-graduação. Isso evidencia a estreita relação de interdependência que as práticas de tradução e interpretação desse par linguístico têm com o povo surdo. O início e o aumento da contratação de servidores para realizarem esse trabalho via concurso público demarcam um movimento de formalização do processo de profissionalização dessas atividades na instituição. Por sua vez, o

agrupamento desses servidores e o surgimento do STIL configuram um movimento de fortalecimento dessas práticas no âmbito da Ufes.

Precisamos destacar que não entendemos que todos esses movimentos documentados aconteceram sempre de forma tranquila ou harmônicas. Assim como acontece em outras instituições, a construção de um espaço de atuação de tradutores e intérpretes de Libras e língua portuguesa envolve tensionamentos políticos, institucionais e culturais. Ao discutirem esse processo no âmbito da Universidade Federal de Pelotas, Goulart, Santos e Porto (2021, p. 43) afirmam ele acontece “em meio a constantes lutas e tensionamentos pela busca de reconhecimento, valorização e adequadas condições de trabalho dentro da instituição”.

Nesse sentido, consideramos que tornar evidente a história das atividades de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa em uma determinada instituição, mesmo que seja uma história recente ou curta, constitui um esforço para tornar visível o desenvolvimento de políticas de tradução e de interpretação desse par linguístico. Recuperando as palavras de Venuti (2021) que abrem este artigo, compreendemos que esse empreendimento compreende um gesto para tornar visíveis tradutores e intérpretes. Um gesto que pode tornar possível estabelecer críticas ao que passou e pensar em possibilidades para o que ainda vem. Por fim, reforçamos a importância de que outras investigações como esta se ocupem de expandir o conhecimento sobre a história da tradução e da interpretação de Libras e língua portuguesa ou de outras línguas de sinais faladas no Brasil, considerando não apenas o acesso a registros documentais, mas também a narrativas de protagonistas ou testemunhas dessa história.

Referências

ANATER, Gisele Iandra Pessini; PASSOS, Gabriele Cristine Rech dos. Tradutor e intérprete de língua de sinais: história, experiências e caminhos de formação. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 2, n. 26, p. 207-236, 2018.

BRASIL. Governo Federal. *Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010*. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Diário Oficial da União. Brasília (DF), 1º de setembro de 2010.

BRITO, Fábio Bezerra de. *Movimento social surdo e luta pelo reconhecimento da língua brasileira de sinais*. Curitiba: CRV, 2021.

BURGARELLI, Eliana Firmino. *Gestão da tradução e da interpretação de Libras e língua portuguesa no Instituto Federal do Espírito Santo*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Linguística (Ufes), 2022.

DELISLE, Jean. História da tradução: sua importância para a tradutologia, seu ensino através de *software* multimídia e multilíngue. Trad. Fernando Afonso de Almeida. *Gragoatá*, Niterói, n. 13, p. 9-21, 2002.

ELÍBIO JÚNIOR, Antônio Manoel. A História do Tempo Presente: reflexões sobre um campo historiográfico. *Cadernos do Tempo Presente*, São Cristóvão, v. 12, n. 1, p. 13-27, 2021.

ESDRAS, Dirceu; GALASSO, Bruno. *Panorama da educação de surdos no Brasil: ensino superior*. Rio de Janeiro: INES, 2017.

FRISHBERG, Nancy. *Interpreting: An Introduction*. Revised Edition. Alexandria: RID Publications, 1990.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1991.

GOULART, Daiana San Martins; BONIN, Iara Tatiana. Tradutores e intérpretes de língua brasileira de sinais: uma perspectiva histórica da profissão. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 34, p. 1-21, 2021.

GOULART, Daiana San Martins; SANTOS, Juliana Sanches dos; PORTO, Nádia dos Santos Gonçalves. Um breve histórico sobre a Seção de Tradutores e Intérpretes de Libras da Universidade Federal de Pelotas. *Revista de Acessibilidade e Inclusão no Ensino Superior*, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 36-49, 2021.

HOLMES, James Stratton. The name and nature of translation studies [1972]. In: VENUTI, Lawrence (Ed.). *The Translation Studies Reader*. Londres: Routledge, 2000. p. 172-185.

LEAHY, Anne. *Interpreted Communication with Deaf Parties under Anglo-American Common Law to 1880*. Dissertação de mestrado. Master's in Professional Communication (SUU), 2015.

LEMOS, Glauber de Souza; CARNEIRO, Teresa Dias. Panorama histórico de cursos de formação de tradutores-intérpretes de língua brasileira de sinais/língua portuguesa. *Belas Infêis*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 1-36, 2021.

McDONNELL, Patrick. Deficiência, surdez e ideologia no final do século XX e início do século XXI. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 777-788, 2016.

MEYLAERTS, Reine. Translation policy. In: GAMBIER, Yves; DOORSLAER, Luc van (Eds.). *Handbook of Translation Studies*. v. II. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2011. p. 163-168.

PINILLA, José Antonio Sabio. A metodologia em história da tradução: estado da questão. Trad. Paulo Henrique Pappen *et al.* *Belas Infieis*, Brasília, v. 6, n. 2, p. 223-255, 2017.

PINILLA, José Antonio Sabio. A história da tradução do Brasil: questões de pesquisa. *Tradução em Revista*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 13-31, 2020.

PEREIRA, Maria Cristina Pires. Estudos da Interpretação: quem tem medo das línguas de sinais? *Tradução em Revista*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 1-21, 2018.

RODRIGUES, Carlos Henrique; SANTOS, Silvana Aguiar dos. A interpretação e a tradução de/para línguas de sinais: contextos de serviços públicos e suas demandas. *Tradução em Revista*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 1-29, 2018.

ROMEIRO, Sônia Aparecida Leal Vítor; OLIVEIRA, Isabella Noceli de; SILVÉRIO, Carla Couto de Paula. O trabalho do tradutor e intérprete de Libras-português nas universidades federais brasileiras. *IV Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa*. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014, n.p.

SPOLSKY, Bernard. Para uma Teoria de Políticas Linguísticas. Trad. Paloma Petry. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL*, v. 14, n. 26, p. 451-473, 2016.

STIL. *Relatório das atividades do Setor de Tradução e Interpretação em Libras*. Vitória: Ufes, 2021.

THOMA, Adriana da Silva; KRAEMER, Graciele Marjana. *A educação de pessoas com deficiência no Brasil: políticas e práticas de governo*. Curitiba: Appris, 2017.

UFES. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2021–2030*. Vitória; Alegre; São Mateus: Ufes, 2021.

UFES (Org.). *UFES, 60 anos*. Vitória: Edufes, 2014.

VENUTI, Lawrence. *A invisibilidade do tradutor: uma história da tradução*. Trad. Laureano Pellegrino *et al.* São Paulo: Editora Unesp, 2021.

VIDAL, Diana Gonçalves. A fonte oral e a pesquisa em História da Educação: algumas considerações. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 27, p. 6-16, 1998.

VIEIRA, Eliane Telles de Bruim. *Práticas pedagógicas na educação de surdos: circuitos de transnacionalização entre documentos-monumentos, regularidades discursivas e contracondutas em questão*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação (Ufes), 2022.

VILAÇA-CRUZ, Renata Cristina. O mercado de trabalho de intérpretes e tradutores de língua brasileira de sinais e língua portuguesa: identidade e profissionalização. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 41, n. esp. 2, p. 202-222, 2021.

WILLIAMS, Jenny; CHESTERMAN, Andrew. *The Map: a beginner's guide to doing research in translation studies*. Manchester: St. Jerome Publishing, 2002.

WITCHES, Pedro Henrique. Tradução e interpretação de língua de sinais como política linguística para surdos. *Revista Percursos Linguísticos*, Vitória, v. 9, n. 21, p. 133-144, 2019.

WITCHES, Pedro Henrique; MORAIS, Samuel de Oliveira. Interpretação de língua de sinais no Brasil de 1907 a 1959. *Belas Infieis*, Brasília, v. 10, n. 1, p. 1-20, 2021.

XAVIER, Abner Silva; SILVA, Michele Oliveira da. Profissional intérprete e tradutor em língua brasileira de sinais na educação profissional e tecnológica federal. *Revista Transmutare*, Curitiba, v. 5, p. 1-18, 2020.